

CURITIBA: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE UM MITO¹

Rosa Moura
Pesquisadora IPEA/PNPD e
Observatório das Metrôpoles

O anãozinho

O anãozinho de circo:

– *Volto pra São Paulo, querida. Pequena demais,
tua Curitiba. Não tem pique pra mim.*
(Dalton Trevisan, 2004, p.22)

APRESENTAÇÃO

A história do planejamento de Curitiba confunde-se com a construção da imagem de Curitiba como “cidade-modelo”. O contexto desenvolvimentista brasileiro, articulações políticas favoráveis e estratégias de *marketing* urbano promoveram e consolidaram intervenções decorrentes da implementação do planejamento concebido para uma cidade ainda em estruturação.

Passados 40 anos, que resulta desse modelo? A imagem atribuída à cidade teria de fato afirmado ações urbanísticas “inovadoras”, “modernas”, “eficazes” e “ambientalmente corretas”? O imaginário coletivo segue sem críticas às decisões decorrentes de seu corpo de gestores?

Este artigo busca historiar a construção do mito de “cidade modelo”, sua consolidação ao longo de quase três décadas e, na virada do século, o desafio de colocar-se ante à transformação metropolitana que se apropria da cidade planejada.

Nessa leitura, o Plano Diretor é o foco, dado que foi o principal instrumento simbólico da construção do mito. É, também e ao mesmo tempo, motivo da indagação principal: que restou de um Plano, representativo da cidade e da sociedade de então, mas desconhecido da metrópole de hoje?

A CIDADE PLANEJADA

Provavelmente o anãozinho de Trevisan já não anunciasse mais sua volta para São Paulo. Curitiba já tem pique para saciar o desejo de consumo urbano de qualquer cidadão que se pretenda metropolitano. Seja de produtos de comércio e serviços modernos, da mídia cultural, da diversão e da hotelaria/gastronomia (FIRKOWSKI, 2001). Um pique que a coloca na privilegiada sexta posição no *ranking* das metrópoles brasileiras (MINISTÉRIO, 2005).²

¹ Este artigo foi escrito há quase uma década. Entretanto, a reflexão que desenvolve permanece atual e até se torna oportuna a este momento, em 2014, em que Curitiba passa por mais um processo revisor de seu Plano Diretor.

² Entre os 37 principais espaços urbanos do Brasil, o espaço metropolitano de Curitiba coloca-se entre os seis primeiros quanto ao número de agências bancárias, operações financeiras, massa de rendimento mensal da população e empregos em atividades de ponta na nova economia – alguns dos indicadores considerados para compor o *ranking* e identificar, no conjunto, aqueles espaços com características efetivamente metropolitanas.

Em 1973, quando foi instituída a Região Metropolitana, muito se questionou a respeito de sua condição de metrópole, dado seu porte – Curitiba e Belém eram as menos populosas das regiões institucionalizadas – e que o próprio norte paranaense vivia dinâmica demográfica e econômica mais robusta.. Atualmente, já não há mais dúvidas de que se trata de uma metrópole, e que se impõe nacionalmente.

Aquela Curitiba já pressentia os ventos da mudança. Começava a sofrer os impactos da forte transformação na economia do Estado, movida por um projeto de industrialização centralizado na capital, na modernização e tecnificação agrícola, com inserção na pauta de *commodities*, e em severa concentração fundiária. Resultado imediato dessa transformação foi o intenso êxodo rural, com destino preponderante para Curitiba e entorno.

Nessa época, Curitiba experimentava a implementação de seu Plano Diretor (IPPUC, 2004). Aprovado em 1966 e construído em um processo aberto, cuja empresa executora foi eleita em concurso público, o Plano dava continuidade ao planejamento iniciado em 1943, com o Plano Agache. Esse projetava para a cidade um desenho radioconcêntrico, setores especializados – Centro Cívico, área industrial do Rebouças, Cidade Universitária, onde é hoje o Centro Politécnico, Centro Militar, no Bacacheri – e sistema viário hierarquizado.

O novo Plano mudava essa concepção para uma conformação linear da cidade e suas estratégias apoiavam-se em dois tripés: (i) normas de uso e ocupação do solo, projeto viário, projeto de transporte, e (ii) iniciativas ambientais, econômicas e sociais.

Esse Plano, operacionalizado pelo IPPUC, perdurou sofrendo ajustes contínuos e sucessivos, impostos pela evolução do espaço urbano e pelo jogo de interesses privados. Ajustes que encontraram ressonância no parlamento e foram aprovados com poucos senões.

Mas, não seria esse desenho, estratégias e opções bastante similares aos de planos diretores urbanos de outras cidades? Por que, então, o sucesso do planejamento curitibano, a tal ponto de ter tornado a cidade uma referência internacional?

A explicação reside em um conjunto de fatores externos ao Plano e ao próprio município. O contexto político nacional da década, aposta em Curitiba como “a mais genuína expressão do ‘milagre brasileiro’ em sua versão urbana. A prática do planejamento tecnocrático do estado centralista e autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade, do ‘discurso competente’ e da neutralidade da ação planejadora encontrava, no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o país”. (SÁNCHEZ, 1997, p.28)

Essa aposta favoreceu Curitiba com suporte institucional e financeiro nacional e internacional, dotando o processo de planejamento de condições para viabilizar suas estratégias. Soma-se a isso a consolidação de um “determinado padrão de relacionamento entre os gestores do planejamento urbano e os detentores dos meios de produção (proprietários de frotas de ônibus, especuladores de terra, empreiteiros de obras públicas, empresas de construção civil, industriais, comerciantes etc.) que viria, afinal, garantir o êxito dessa experiência.” (OLIVEIRA, 1998)

Mas nada disso tornaria eficaz o planejamento, não fosse a continuidade administrativa que sustentou sua implementação. Jaime Lerner, personalizando o processo, assumiu o município por três gestões, e apoiou a eleição contínua de dois sucessores, um reeleito. A atual administração, embora sem seu apoio formal, não rompe vínculos nem propósitos com o grupo e projeto hegemônicos. Assim, foram curtos os intervalos nos quais forças de outros grupos políticos administraram a cidade, dificultando mudanças substanciais no projeto.

Evidentemente, sem a contínua gestão do Plano pelo IPPUC,³ o sucesso seria incerto. Esse Instituto foi preservado mesmo durante os períodos de oposição, consolidando os princípios estruturadores do Plano.

A presença em sua equipe de técnicos que participaram da elaboração do Plano Diretor não só garantiu a consolidação dos princípios como reforçou, na administração local, uma linha de pensamento com forte conotação urbanística, dada sua integração com outros órgãos públicos ligados à gestão municipal. Isso deu sustentação ao inter-relacionamento interinstitucional, facilitando o processo de planejamento e gestão e criando uma cultura de identificação com o Plano. A solidez dessa Instituição perante a sociedade curitibana advém ainda dos pactos estabelecidos com as elites econômicas e políticas, que garantiram as alterações pontuais sofridas pelo Plano, tornando o IPPUC o “Plano Diretor vivo” (NAVARO, 1998).

Reforçado pela retórica de que os planejadores formulam as políticas urbanas, o IPPUC fez prevalecer a idéia de que há “uma elite de técnicos não-comprometidos e sinceramente empenhados na luta pelo bem estar dos cidadãos” sendo os “únicos responsáveis pelo destino da cidade”. Tal imagem “se mantém não-contestada por nenhum setor dominante precisamente porque ela é que atende melhor ao ocultamento dos jogos de interesses aqui desenvolvidos” (OLIVEIRA, 1995, p.127). Essa ênfase na ação dos urbanistas no planejamento urbano de Curitiba despolitiza as decisões e dá-lhes um grau de racionalidade inquestionável, compatível às exigências do modelo político-institucional da época de sua elaboração. Os principais valores dos projetos são os resultantes dos traços singelos da atividade na prancheta que desenha soluções precisas e personalizadas para as demandas da cidade circunscrita.

Tais elementos, consubstanciados na acomodação dos interesses dominantes em torno de uma proposta política materializada tecnicamente, vêm permitindo a consolidação do projeto hegemônico e garantindo as condições internas de sustentação ao modelo. Assim, Curitiba prenuncia e corporifica magistralmente as principais vertentes do planejamento estratégico de cidades: torna-se cidade mercadoria, cidade empresa e cidade pátria (VAINER, 2000).

Produtivizada e gerenciada empresarialmente, desperta o apelo do “patriotismo”, sob apoio de uma eficiente estratégia de *marketing* urbano, que dá mais luz à transformação da cidade provinciana, rechaçada pelo personagem de Trevisan, num dos ícones do urbanismo internacional.

³ O IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) criou produtos do urbanismo e aperfeiçoou a prática de torná-los bons e necessários, transformando-se numa *griffe* do planejamento urbano no Brasil – consumida até mesmo por urbanistas, planejadores e gestores urbanos. Seu mercado, hoje, extrapola a cidade e até mesmo o país, com assessorias e programas de treinamentos. Empresas privadas, nascidas de sua cultura e mantidas por integrantes antigos e/ou atuais de sua equipe, reproduzem em outros lugares os ícones do planejamento urbano de Curitiba.

EMERGÊNCIA DO MITO

Estratégias de *marketing* urbano vêm promovendo ostensivamente as realizações de Curitiba. Reconhecida como “modelo de planejamento”, tornou modelares muitas de suas intervenções urbanísticas, com forte associação a representações de “inovação”, “modernidade”, “eficiência”, “simplicidade e baixo custo” e “preocupação com o meio ambiente” (SÁNCHEZ, 2001). Representações que acompanham as intervenções nas áreas de transporte coletivo, uso do solo e preservação do patrimônio histórico e paisagístico, a partir das quais se cristaliza Curitiba como “cidade planejada”.

A imagem construída se apóia na criação de mitos de elevado conteúdo simbólico e na imposição de uma leitura unânime e simplificada sobre “o que é bom para a cidade”. A eficiência técnica da equipe de urbanistas organiza e dá materialidade a esse novo imaginário, introduzindo um agudo empobrecimento da consciência social.

Todas as transformações urbanísticas foram amplamente veiculadas como produtos urbanos, apresentados como frutos de originalidade e ineditismo, qualidades com fortes elementos operadores da imagem, porém falsas, já que as matrizes culturais urbanísticas foram influenciadas no pensamento urbanístico dominante, reproduzindo no espaço da cidade criações representativas e simbólicas de outras cidades. Essa apropriação do exterior faz com que as formas e os conteúdos desses produtos não revelem os conteúdos econômico e social existentes, mas oprimam a cidade real, impondo uma ordem representativa de um igualitarismo utópico, que não contém as contradições do urbano (SÁNCHEZ, 1997).

A cidade se torna um “espetáculo” cotidiano, em constante renovação. É reinventada, pasteurizada e movida por objetos urbanos que funcionam como clichês superficiais de uma idéia de cidade. Essa imagem veiculada passa a criar novos hábitos, pensados previamente, que deixam de ser referência da comunidade, mas instrumentalizados pela ideologia dominante – processo que provoca desarticulação de segmentos da sociedade, imobilismo, conservadorismo, a um custo social dificilmente reparável.

Cabe dizer que a cidade foi transformada de teatro ou “cenário de encontro”, elementos presentes na imagem dos anos 70, em espetáculo multimídia dos anos 90, cuja audiência privilegiada não se encontra mais apenas posta nos habitantes locais, mas, simultaneamente, no país e no mundo. (SÁNCHEZ, 2001, p.113)

A representação de uma cidade exitosa, fundamental para a sustentação do modelo, torna Curitiba “marca” nacional e internacional da modernidade urbana, fortalecendo o orgulho cívico e a lealdade ao lugar, influenciando a identidade coletiva assim como a apropriação social dos espaços da cidade (SÁNCHEZ, 1997). Além de tornar Curitiba “inquestionável” internamente, essa produção logra um grau de visibilidade internacional indiscutível, projetando a cidade no espaço de disputa e de oportunidades do mundo globalizado. Cada referência internacional ao projeto, particularmente as advindas de organismos multilaterais, é motivo de mobilização da mídia para revitalização do orgulho dos moradores.

Assim, a estratégia adotada se atualiza e se aperfeiçoa ao longo dos anos. Assume seletivamente as sínteses “cidade modelo”, “cidade humana”, “cidade planejada”, “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida”, “capital brasileira de Primeiro Mundo”, sem implicar em rupturas incisivas

na estrutura básica que organiza o fundo de percepções socialmente compartilhadas desde a década de 1970. Pelo contrário, solidifica uma atualização radical do exercício do poder e de gestão urbana local, associada à construção da cidade-mercadoria, cuja afirmação tem vínculos históricos com o contexto de profundas mudanças nas atividades econômicas, fluxos de consumo e de circulação de bens e serviços na metrópole (SÁNCHEZ, 2001).

A disseminação pela mídia de uma imagem particularizada da cidade, como se fosse de seu todo, criando um imaginário urbano hegemônico, afeta as condições de percepção crítica das mensagens, desencorajando o dissenso, o contraditório, ou a justaposição de alternativas que melhor se ajustem a individualidades ou identidades de grupos. Diante da imagem de uma cidade como um lugar cujos problemas estão solucionados, muitos curitibanos não têm se tornado agentes ativos no processo de desenvolvimento, mas se limitado ao papel passivo de meros receptores de serviços ofertados ou “commoditizados”. O *city marketing* construiu um cidadão orgulhoso, porém acrítico, sem consciência da responsabilidade social que dá suporte ao *status quo* da estrutura de poder e das classes dominantes (IRAZÁBAL, 2005).

Na virada do século, sob pressão de um ininterrupto crescimento da população e de demandas reprimidas, e impingido pelas exigências de inserção da cidade na reestruturação e internacionalização da economia, o modelo passa a sofrer rupturas, não mais imperceptíveis ao senso comum. Para sustentá-lo, é aprimorado o uso dos mecanismos de construção da imagem e da engenharia do consenso na renovação do discurso. Produtos urbanísticos ou ações pontuais e de efeito, associando o *marketing* com a estruturação físico-territorial, são insuficientes para sustentar a produção simbólica da cidade. O discurso obriga-se a absorver a integração regional como prioridade, e amplia a abrangência da política de *marketing* urbano, interpenetrando na área metropolitana, selecionando vetores de maior competitividade e mais agilidade em incorporar e reproduzir o projeto dominante.

Ao mesmo tempo, a “capital ecológica” cede lugar à “capital social” e, recentemente, à “cidade da gente”. Tal apelo humano resume a existência de um campo simbólico no qual se trava a luta política pela reprodução da hegemonia, ameaçada pelo conflito trazido por outras leituras da cidade. Nelas, vê-se que há uma crescente desconfiança por parte dos curitibanos quanto aos mitos que sustentam a imagem de cidade-modelo, resultando em uma abertura, ainda que limitada, a novas posturas – desde que sem subtrair essa imagem que povoa o seu senso comum e consolida o seu conforto.

Entraram em cena as fragilidades do modelo e, portanto, do projeto, evidenciando a distinção fundamental existente entre sistemas simbólicos produzidos e apropriados pelo coletivo, daqueles produzidos por um corpo de especialistas (BOURDIEU, 1989) – caso em que não tarda aflorar contradições como prenúncios do esgotamento da eficácia do discurso e da aceitação da imagem, mostrando que novos nexos espaciais e um tecer de complexidades entre forças e interesses da diversidade dos agentes tendem a desconstruir o mito.

Perplexo e revoltado, Trevisan já não recorre a um personagem, mas sugere, ele mesmo, que, por trás das certezas vazias construídas pela Curitiba oficial, há elementos da outra Curitiba, repletos de

significados. O consenso é apenas aparente; as contradições existem. Em sua Curitiba Revisitada, pergunta:

que fim ó cara você deu à minha cidade? Uma das três cidades do mundo de melhor qualidade de vida segundo uma comissão da ONU. Ora, o que significa uma comissão da ONU? Ó cidade sem lei. Capital mundial de assassinos no volante. Essa é a cidade irreal da propaganda. Dessa Curitiba eu não me ufano.” “Não te reconheço Curitiba, a mim já não conheço”. “Essa tua cidade não é minha. Bicho daqui não sou. O que fica da Curitiba perdida? Curitiba foi, não é mais. (TREVISAN, 1985, p.15)

40 ANOS DEPOIS

O modelo adotado Curitiba resultou numa cidade desigual. Sua mancha de ocupação transbordou as fronteiras político-administrativas, penetrando promiscuamente por sobre municípios vizinhos, apropriando-se de seus espaços lindeiros, colocando em xeque a autonomia desses e impondo um novo desafio: a gestão conjunta de um espaço que se adensava e se complexificava.

Ademais, indicadores retratam a segregação socioespacial, induzida pela normatização do pólo. Ao exercer um efeito direto de indexador do mercado de terras urbanas, o Plano abriu caminhos para a consolidação da cidade ilegal e direcionamento da ocupação pobre aos municípios periféricos, mananciais hídricos e áreas ambientalmente vulneráveis. A cidade real decorrente não havia sido incorporada pelo modelo, que invisibilizou a diversidade de interesses que peculiarizam os vários segmentos que conformam a sociedade, rompendo sua virtual coerência interna.

Tais processos evidenciavam que o Plano Diretor tornava-se obsoleto.

No final dos anos de 1990, foi instaurado o processo revisor. Nova lei de uso do solo foi formulada, fazendo valer o modelo de “participação passiva” da comunidade.⁴ No princípio, as classes empresariais foram as únicas com quem se discutiram emendas ao projeto. Finalizado pelo IPPUC, foi desencadeada uma seqüência de exposições performáticas nas administrações regionais da cidade, incompreensíveis para a maioria dos moradores não formados sobre o assunto e com expectativas bastante particularizadas. Aos segmentos organizados, a principal apresentação foi mobilizada pela Câmara de Vereadores, porém sem tempo suficiente para que houvesse uma análise prévia do conteúdo. Em 1999, a lei foi aprovada em tempo recorde, sem cumprir os trâmites regimentais de apreciação pelas comissões da Câmara, e em pleno início do recesso parlamentar. E mais uma vez, sem incorporar o debate regional (ANÁLISE, 1999).⁵

⁴ Com a preocupação de retomar a idéia germinadora do planejamento de Curitiba – o seminário “Curitiba de Amanhã”, realizado ainda nos anos de 1960 –, a Câmara Municipal de Curitiba, referendando reivindicações de movimentos da sociedade civil, promoveu em 1997 o seminário “Plano Diretor de Curitiba: uma abordagem metropolitana”. Buscava colher subsídios ao grupo de trabalho criado para revisar o Plano, em cumprimento à lei municipal. As conclusões enfatizaram que o planejamento não havia viabilizado participação e construção da cidadania, tampouco preparado a cidade para os desafios da metropolização. Salientaram a dicotomia entre discurso e prática; entre planejamento, gestão e cidadania. Explicitaram a necessidade de se repensar a finalidade do Plano, resguardando suas funções de controle, mas colocando em prática mecanismos que considerem os efeitos contraditórios do funcionamento do mercado, o uso de instrumentos urbanísticos que promovam interação e redistribuição de renda e poder na cidade, pactuados por meio de processo político voltado à construção de um espaço público que viabilize a explicitação de projetos, posições e interesses. Ou seja, estabelecer um novo processo de planejamento que considere nas normas e leis a existência dos conflitos, tendo como horizonte a diferença (MOURA e KLEINKE, 1997).

⁵ Concomitantemente, tinha início na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) a elaboração de um Plano Diretor Metropolitano (COMEC, 2002). A mesma retórica de participação foi posta em uso e logo de posse de levantamentos preliminares a COMEC realizou, em 2002, um seminário com o tema sugestivo: “Diálogos Metropolitanos”. Renomados pesquisadores internacionais, incluindo David Harvey (2002), foram palestrantes ou apresentaram modelos notórios do

Mesmo aprovada a nova lei, permaneceu em pauta a discussão sobre a urgência da revisão do Plano Diretor de Curitiba, dado que, desde 1966, a lei do Plano vinha sofrendo ajustes contínuos e sucessivos, impostos pela evolução do espaço urbano e pelo jogo de interesses privados. Ajustes que encontraram ressonância no parlamento e que foram aprovados com poucos senões, o que fez com que o Plano perdesse a concepção geral da cidade, desconhecesse seu papel metropolitano, e se tornasse uma verdadeira “colcha de retalhos”.

Com Curitiba já consolidada enquanto metrópole, o “novo” Plano Diretor, repete, em 2004, o processo vivido em 1999 – apresentações para segmentos parceiros ou para a comunidade despreparada para compreender, absorver e discutir as idéias propostas. Aprovado com grande rapidez e unanimidade, por uma bancada composta por uma oposição reduzida, exatamente em data comemorativa aos 39 anos do IPPUC, o Plano passou a vigorar desde os últimos dias da segunda gestão de Cássio Taniguchi – prefeito com trajetória pelos circuitos técnicos e de gerência do IPPUC.

Salienta-se, desde já, que a Lei Municipal do novo Plano Diretor é, de fato, a Emenda n.º 11.266/2004 à Lei Municipal n.º 2828/1966, referente ao Plano Preliminar de Urbanismo e ao Plano Diretor de Curitiba. Essa Emenda “dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade – Lei Federal n.º 10.257/2001, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município (CURITIBA, 2004). Colocou-se, dessa forma, outro retalho na “colcha”.

A história, quando contada, adquire as nuances do contador. Lerner introduz o material impresso do Plano (IPPUC, 2004, p.7) em tom elogioso ao processo “amplamente democrático, com inúmeras audiências públicas e participação de todos os setores da sociedade civil” com que foi elaborado, assim como sintonia entre técnicos, executivo e legislativo municipal, para fazer com que “Curitiba fosse uma das primeiras capitais do Brasil a adaptar seu Plano Diretor ao Estatuto da Cidade”. Reforça a idéia de vanguarda, eficiência e criatividade no processo condutor do Plano, salientando que Curitiba não se tornou referência internacional em planejamento urbano apenas por seu pioneirismo, mas pelos “avanços práticos” de suas iniciativas, que se traduziram em conceitos e ações reconhecidas como “instrumentos universais de urbanismo”, muitos dos quais “incorporados” no Estatuto da Cidade.

Tal vínculo com o Estatuto da Cidade busca identificação com um processo que representa anseios da comunidade por uma cidade na qual se cumpre a função social da propriedade urbana e se realiza a gestão democrática. Além de realçar a mitificação desse instrumento, não deixa de ser o que Vainer (2006) chama de “armadilha da história”, ou seja, da incorporação pelo neoliberalismo de elementos do discurso e práticas criadas pela esquerda, contrárias à centralização do Estado; e ainda de mais um recurso para reacender a aceitação acrítica das decisões dos gestores oficiais, ou o “patriotismo” da cidade, conforme Vainer (2000).

Sabidamente, alguns mecanismos recorrentes de controle do uso do solo, praticados em Curitiba e dispostos no novo Estatuto, estão longe de confirmar ineditismos e muito próximos do

planejamento de outras áreas metropolitanas. Além da produção de um conjunto de relatórios sobre estudos setoriais, os trabalhos ficaram paralisados após a virada do governo, sob protestos da sociedade civil metropolitana (OBSERVATÓRIO, 2005).

incremento do produtivismo urbano, com valorização da cidade mercadoria. Podem ser apropriados conforme a intenção do gestor, sem um conteúdo que por si garanta a expectativa anunciada, mas ainda tentando convencer de que inevitavelmente estariam assegurando a cidade para todos.

Resgatadas as analogias de Vainer (2000) – cidade empresa, mercadoria e pátria – e confirmado o êxito do modelo nas duas primeiras referências, resta questionar se efetivamente o “patriotismo” da cidade transformou irreversivelmente seus cidadãos em meros consumidores, eliminando as possibilidades de novas formas sociais de contraponto. Teriam tornado inexistentes as “contra-racionalidades e racionalidades paralelas” de Santos (2000) e as “mini-racionalidades internas” de Souza Santos (1999), que conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade hegemônica?

Ou ainda estariam postas as perspectivas libertárias do lugar enquanto espaço de resistência (SOUZA, 2005)? Por certo, sim!

O discurso do Plano e a construção do mito, mesmo aplacando a sociedade crítica, não conseguiram erradicar a luta popular que, dispersa, invisível para muitos, capilariza-se nos interstícios e nos dendritos da mancha de expansão metropolitana, revelando uma metrópole permeada por antagonismos.

O processo das Conferências da Cidade dá mostras disso. Em 2003, na omissão do poder público, a Conferência de Curitiba foi convocada e realizada pela sociedade civil. Em 2005, a sociedade civil da região metropolitana convoca e realiza uma pré-conferência metropolitana (OBSERVATÓRIO, 2005), e ativamente participa da Conferência de Curitiba. Suas principais propostas e bandeiras de luta? A criação de um “conselho da cidade”, que exerça o controle social à elaboração e votação das legislações que regulamentarão o Plano Diretor – elas sim, perigosas se soltas, pois constituem o corpo do novo Plano, e podem acontecer na surdina. E também, a constituição de um “fórum metropolitano”, na busca de construir coletivamente um plano para a metrópole. São propostas que sinalizam a presença ativa de segmentos que dão vida ao entendimento de Milton Santos (1996) de que “os lugares da cidade são os espaços do acontecer solidário”.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE das Propostas de Alteração da Legislação de Zoneamento de Curitiba. Projeto de Extensão Universitária “Espaços de Mediação de Conflitos Fundiários: implicações jurídicas, sociais e ambientais”. Pró-Reitoria de Extensão da UFPR/PUC-PR e Ministério Público do Paraná. Curitiba, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Difel/Ed. Bertrand Brasil, 1989.

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado**: documento síntese para discussão. Curitiba: SEPL: COMEC, 2001.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Lei Municipal. Curitiba, 20/12/2004. Disponível em http://www.ippuc.org.br/informando/tematicos/2004_Lei_Plano_Diretor.pdf (Acesso em 07/01/2006).

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo (FFLCH), 2001.

HARVEY, D. Palestra proferida no Seminário Internacional “Diálogos Metropolitanos”, promovido pela COMEC. Curitiba, maio, 2002.

- IPPUC. **Plano Diretor 2004**: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004, 110p.
- IRAZÁBAL, C. **City Making and Urban Governance in the Americas**. Curitiba and Portland. Aschgate, University of Southern California, 2005.
- LERNER, J. Curitiba planeja seus avanços. In.: IPPUC. **Plano Diretor 2004**: o planejamento urbano de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 2004, p.7.
- MINISTÉRIO das Cidades/Observatório das Metrópoles. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade I: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasília, 2005, 198 p.
- MOURA, R; KLEINKE, M.L.U. Plano Diretor de Curitiba repensado na perspectiva da Região Metropolitana. **Análise Conjuntural**. Curitiba, IPARDES, v.19, n.5-6, p.23-25, mai/jun. 1997.
- NAVARO, O. Entrevista ao Projeto Avaliação de experiências em planejamento estratégico de cidades. Instituto Pólis. Entrevistas Curitiba. Transcrições. Curitiba, 1998.
- OBSERVATÓRIO de Políticas Públicas Paraná. Pré-Conferência da Região Metropolitana de Curitiba. Resultados. Curitiba, 2005, 32 p. (Disponível em www.observatorioparana.tk)
- OLIVEIRA, D. Elites econômicas e produção do espaço urbano. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba: AGB-PR, n° 3, p.5-17, 1998.
- SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Editora Palavra, 1997.
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, M. A. de. O lugar como resistência. Uma dimensão da realidade do futuro. Uma homenagem a Milton Santos. Mimeo, 2005, 10 p. Não publicado.
- SOUZA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.
- TREVISAN, D. **Arara Bêbada**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.22.
- TREVISAN, D. **Mistérios de Curitiba**. Rio de Janeiro: Record, 5ª edição, 1985.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VAINER, Carlos. Seminário Grandes projetos urbanos. O que se pode aprender com a experiência brasileira? Palestra de Abertura. IPPUR/UFRJ, Lincoln Institute of Land Policy. Rio de Janeiro, março de 2006.